

Expropriação e memória na região dos tabuleiros de cana

Lúcio Vasconcellos de Verçoza¹

Maria Aparecida de Moraes Silva²

Resumo: O presente estudo objetiva analisar o processo de expansão da lavoura canavieira para a região dos tabuleiros alagoanos, em face das transformações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho. A referida expansão, iniciada na década de 1950, será abordada sob as óticas da memória, trabalho e resistência. Para atingir tal escopo, foram realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas com ex-moradores de engenhos e fazendas canavieiras de Alagoas. As entrevistas foram conduzidas por meio da perspectiva dos estudos sobre memória (Thompson, 1992; Bosi, 1987 e 2004) que norteiam o uso da metodologia da história oral.

Palavras-chave: trabalho rural; agroindústria canavieira; proletarização; resistência; Alagoas.

Abstract: The present study aims to analyze the process of expansion of the sugarcane plantations in the region of Alagoas *Tabuleiros*, in views of changes in land structure and labor relations. Such expansion, started in the 1950s, will be discussed under the view of memory, work and resistance. To achieve this scope, we have conducted bibliographical researches and interviews with former residents of mills and sugarcane farms of Alagoas. The interviews were conducted through the perspective of studies on memory (Thompson, 1992; Bosi, 1987 and 2004) that guide the use of the methodology of oral history.

Keywords: rural labor; sugarcane agribusiness; proletarianization; resistance; Alagoas.

1 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar) e membro dos Grupos de Pesquisa "Trabalho e Capitalismo Contemporâneo" e "Terra, Trabalho, Memória e Migrações". E-mail: luciovercoza@yahoo.com.br.

2 Professora livre-docente da UNESP e Pesquisadora do CNPq. Coordena o Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migrações e atualmente é Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Autora dos livros, *Errantes do fim do século*; *Luta pela terra. Experiência e memória*. Ambos publicados pela Edunesp. E-mail: maria_moraes@terra.com.br.

Considerações Introdutórias

O mais recente processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira de Alagoas – iniciado a partir dos anos 1990 (CARVALHO, 2009) – alterou profundamente os critérios de recrutamento dos trabalhadores, o processo de trabalho e as formas de gestão do mesmo (PADRÃO, 1997; MELLO, 2002). Essas mudanças, além de acarretarem novas configurações no mundo do trabalho canavieiro, resultaram em grande diminuição no número de empregos, em intensificação do ritmo de trabalho e elevação de sua produtividade.

Entretanto, é importante sublinhar que essas novas feições do trabalho nos canaviais alagoanos foram construídas sobre as bases de um processo de modernização anterior (iniciado embrionariamente na década de 1950) que possibilitou uma vertiginosa expansão do plantio de cana-de-açúcar por meio da ocupação dos tabuleiros (áreas planas que eram consideradas impróprias para o cultivo da cana)³ (ANDRADE, 1959 E 1994; HEREDIA, 1988). Foi no bojo dessas mudanças no espaço geográfico e social ocupado pela lavoura de cana, que, paulatinamente, ocorreu o colapso do sistema de morada, característico das relações de trabalho dos engenhos de açúcar e que, naquele período (1950-1980), ainda predominava nas usinas.

A modernização da agroindústria canavieira alagoana engendrou um violento processo de expropriação, sofrido tanto pelos moradores das usinas e das fazendas de cana – que perderam o acesso ao roçado –, quanto pelos posseiros e sitiantes – que ocupavam, sobretudo, áreas dos tabuleiros. Esse processo foi fundamental para a formatação dos trabalhadores “da rua”⁴, que hoje representam, junto com aqueles que migram do sertão para o corte da cana, a esmagadora maioria dos trabalhadores dos canaviais. A expropriação dessas extensas faixas de terra possibilitou, de um só golpe, abrupta expansão das lavouras de cana para áreas planas e intensificação da proletarização da força de trabalho, sendo ambos os aspectos basilares para a construção da mais recente reestruturação desse setor produtivo.

Para analisar os sentidos dessas transformações, num primeiro plano, deter-nos-emos em como se constituía a dominação-exploração do trabalho no sistema de morada (pois este foi durante muitos anos a forma predominante de relação de trabalho nos engenhos e usinas). Num segundo momento, abordaremos a temática da resistência dos trabalhadores no período em que essa relação de trabalho era hegemônica. Por fim, analisaremos as mediações necessárias para compreendermos o processo de expropriação das terras dos tabuleiros e o declínio do sistema de morada.

Breves considerações sobre o sistema de morada

A figura do *morador* nas lavouras canavieiras do Nordeste precede a abolição da escravatura. Sua “institucionalização como forma predominante de relações de trabalho é, no entanto, um fenômeno característico do final do século XIX e começo do século XX” (SUAREZ, 1977). Para a mesma autora, o uso do trabalho escravo e do trabalho do morador foi fundamental para o modelo de produção de cana-de-açúcar do Nordeste por

[...] possibilitar à grande propriedade voltar-se para o seu auto-sustento sempre que as condições para produção comercial não eram favorecidas pelo mercado internacional, ocasionando o fechamento da propriedade em torno

3 Adiante descreveremos os tabuleiros de forma mais detalhada.

4 “Da rua”, ou “os da rua”, é como são denominados localmente os trabalhadores rurais que residem nas áreas urbanas.

da produção para subsistência de seus membros. Esta foi a maneira típica de reagir do setor açucareiro do Nordeste, em decorrência das oscilações do mercado internacional (SUAREZ, 1977, p. 22-23).

Portanto, de acordo com Suarez (1997), a imobilização de parte da força de trabalho era de suma importância para a manutenção da grande propriedade nos momentos de crise das exportações de açúcar. Esse é um dos fatores que explicam o predomínio do trabalho do morador após o fim da escravidão. Mas o que significava ser morador? Para responder tal questão, é válido transcrever a seguinte definição elaborada por Garcia (1988):

Ser *morador* ou tornar-se *morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao *senhor de engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a morada acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças que podia vir pedir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estreita dependência do *senhor*, à diferença dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria (mesmo se dormissem no domínio durante o desenrolar dos trabalhos)⁵. (GARCIA, 1988, p. 9)

Como foi sublinhado por Garcia (1988) na transcrição acima, era o trabalhador quem pedia morada ao senhor, o trabalho vinha como corolário da morada. O pedido já indicava toda a fragilidade da condição de candidato a morador, pois explicitava que este sequer tinha acesso a algo básico para sua reprodução social: uma casa. Não era qualquer pessoa que estava habilitada a pedir morada, “só era admitido como *morador* o *trabalhador* que fosse chefe de família, isto é, que tivesse esposa e/ou filhos” (HEREDIA, 1988, p.118). Isto porque interessava ao grande proprietário de terras acumular, graças ao seu patrimônio fundiário, o máximo de “força social específica, tanto material, pelo número de ‘braços’ à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que o reconheciam como *senhores*” (GARCIA, 1988, p. 9). Tanto Garcia (1988) quanto Heredia (1988) ressaltam a dívida moral que ancora esse tipo de relação de trabalho:

O simples fato de ser o próprio trabalhador quem pedia *casa de morada* fazia com que, no próprio ato de ser constituído *morador*, contrairse uma dívida moral, um reconhecimento para com o *senhor de engenho* que lhe concedia, por esse mesmo ato, uma *casa* e trabalho. [...] A concessão do *senhor de engenho* e o reconhecimento a que se obrigava o *morador* que a recebia constituíam partes de um único sistema de dominação. A relação assim constituída era o pilar sobre o qual se estruturava a relação de *morada*.⁶ (HEREDIA, 1988, p. 118-119)

Era o *senhor* que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava, por sua vez, esperanças de novas recompensas. O trabalho de

5 Grifos do original.

6 Grifos no original.

dominação é tanto mais eficaz quando o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante [...].⁷ (GARCIA, 1988, p.11)

Esta “forma específica de dominação” (PALMEIRA, 1977, p.113 *apud* ALBUQUERQUE, 2009, p.70) estimulava gratidão e fidelidade do morador ao grande proprietário, pois a casa, o roçado (terra na qual o morador produzia os cultivos de subsistência), a criação de animais (os moradores costumavam criar aves no terreiro da casa) e inclusive as festas, muitas vezes eram considerados pelos trabalhadores como um “dom” recebido.

Entrevistamos em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela/AL, uma ex-moradora⁸ de um engenho localizado no município alagoano de Chã Preta, que narrou como foi organizada a sua festa de casamento, ocorrida na década de 1940:

Entrevistada (E): *Meu pai disse que a situação não dava para ele fazer o meu casamento. A patroa do meu pai quando soube disse: “Diga ao Carlos que venha cá”. Aí meu pai foi... Quando chegou lá ela disse: “Carlos, você disse que não vai fazer o casamento de Maria porque o seu dinheiro é pouco e não dá para comprar os aprontamentos [enxoval] dela?” Ele disse: “Foi dona Isadora, é porque esse ano minha lavoura foi fraca e, como eu tenho muitos conhecidos, não posso fazer o casamento dela sem convidar os meus colegas. Eu não tenho como comprar os enxovais dela e ainda fazer essa festa.” Aí ela disse: “Olhe, o dinheiro que você tem traga para cá, e o aprontamento dela deixe por minha conta”. Ele deu o pedaço de dinheiro a ela ...O certo foi que ela comprou mesmo o enxoval, comprou casaco, comprou o véu, comprou o veste todo. Eu sei que quando foi no dia 20 de fevereiro houve o casamento. [...]*

Pesquisador (P): *E foi muita gente?*

E: *Foi gente que não foi brincadeira! Gente, gente, gente... [...] Quando foi de noite o sanfoneiro chegou, aí foi gente que nunca vi. [...]*

P: *E a festa foi na casa grande?*

E: *Foi, foi na casa do patrão.*

A entrevistada, que atualmente tem 88 anos, narrou à participação direta da senhora de engenho no financiamento e organização da sua festa de casamento como sendo um ato de generosidade. Até hoje ela demonstra ter grande gratidão pelos antigos patrões. É válido sublinhar que em geral eram da incumbência das senhoras de engenho a “promoção e o patrocínio das festas religiosas, assim como a promoção de batismo e casamento” (HEREDIA, 2008, p. 57). Por isso, a imagem da senhora de engenho, frequentemente, era associada a alguém de “bom coração”⁹. No entanto, havia a constante incerteza da garantia das supracitadas “vantagens” materiais e simbólicas, que poderiam “ser reduzidas a zero por meio de uma decisão unilateral da *senhor*” (GARCIA, 1988, p. 15).

Por isso, em contrapartida aos “dons” recebidos:

[...] os moradores tinham obrigações de trabalho precisas. Nos engenhos o mais comum era a obrigação de trabalhar ao proprietário cinco dias por semana durante a estação seca, quando a cana é cortada e se processa a moagem, e três dias durante a estação úmida, época em que são plantados os cultivos de subsistência, mas, quando o canavial exige menos trabalho. Estes

7 Grifos no original.

8 Os nomes dos entrevistados não serão revelados para evitar qualquer tipo de retaliação que por ventura possa ocorrer contra os entrevistados. Por isso todos os nomes citados nas entrevistas foram substituídos por outros fictícios.

9 Não foram por acaso os famosos versos de Capiba, escritos em 1943, e imortalizados na voz de Nelson Rodrigues: “Maria Betânia tu és para mim a senhora do engenho”. A metáfora de Capiba significava um elogio máximo à Maria Betânia.

dias de trabalho ao patrão eram remunerados a dinheiro, a taxas inferiores às pagas aos não-moradores para tarefas idênticas (GARCIA, 1988, p. 10).

Além da desvalorização do valor da força de trabalho dos moradores, expresso na remuneração¹⁰ mais baixa quando comparada aos não-moradores, ainda existe para os primeiros o inconveniente de estarem disponíveis a qualquer hora do dia ou da noite e para executar qualquer tipo de trabalho, como demonstra o depoimento abaixo da mesma ex-moradora citada anteriormente:

Entrevistada (E): Ele [o senhor de engenho] tinha um filho que falou assim para o meu marido: “Eita Francisco, eu estou com vontade de moer uma caninha hoje para fazer uma rapadurinha, mas não tem lenha. Que jeito tu dá?” [...] Aí meu marido disse: “Se você quiser é agora”. Ele pegou uma estopa, forrou o ombro... serviu de burro carregando lenha no ombro, pra botar no engenho, que era para o finado Alberto fazer um tanto de rapadura para ele antes do pai chegar [o senhor de engenho estava negociando na feira de Viçosa e as mercadorias que seriam comercializadas foram transportadas em todos os animais de carga do engenho]. E assim, meu marido disse: “eu servi até de burro, carregando lenha nas costas, para o Seu Alberto moer cana escondido do pai”.

Não cumprir as ordens do grande proprietário, ou, como no caso mencionado acima, dos seus filhos, significava ser considerado ingrato e, conseqüentemente, colocar em risco a casa, o roçado e a própria reprodução social da família.

O sistema de morada não é caracterizado somente pela hierarquia entre o grande proprietário e os moradores. Existem ainda complexas distinções entre os moradores no que tange a aspectos como: 1) o tamanho do roçado concedido; 2) o que pode ser plantado no trabalho para si; 3) os animais que podem ser criados; 4) o direito de frequentar as feiras; 5) o tipo de atividade exercida nos dias de trabalho para o grande proprietário¹¹.

Conforme Palmeira (1977, p.105-106 apud NEVES E SILVA, 2008):

Se a casa e o terreiro constituem elementos inerentes ao próprio contrato de moradia, o mesmo não é verdade do *sítio* a que pode ter acesso o morador... (A)... possibilidade de acesso (a um *sítio*) ... é dada pelo ‘contrato’ e nunca o *sítio* em si, que é apenas uma forma de retribuição do proprietário ao morador por seu trabalho na cana e a que todos os *moradores* (estamos nos referindo naturalmente aos moradores de condição) são candidatos potenciais. [...] Mas não há dúvidas que a concessão de *sítios* representa o mais importante dos ‘prêmios’ que o senhor de engenho atribui ao *morador*, pois significa o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade [...] E mais do que isso [...] [o morador com *sítio*] representa um mecanismo central de diferenciação interna dos *moradores* de um engenho. Esse mecanismo pode ser reforçado por outros expedientes que redobram essa diferenciação, como a permissão de plantar dentro dos *sítios* a cana, produto ‘nobre’ e rentável. Essa diferenciação vai

10 Nem sempre os dias de trabalho ao patrão eram remunerados em dinheiro. Como assinala Heredia (2008, p.52), os moradores dos sítios no interior dos engenhos alagoanos (equivalentes aos foreiros de Pernambuco), por disporem de sítios na propriedade do engenho, davam, em contrapartida, o cambão ou “dias de condição”: determinados dias de trabalho para o engenho e sem remuneração. Essas informações também foram confirmadas por ex-moradores entrevistados durante nossas pesquisas de campo em Teotônio Vilela.

11 Entrevistamos em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela, um ex-morador de 53 anos de idade que viveu sua infância e adolescência numa fazenda de cana em Chã Preta/AL. Ele nos informou que seu pai era um morador “privilegiado” por ser um trabalhador antigo e fiel ao fazendeiro. A atividade que este morador exercia nos dias de trabalho para o grande proprietário era de conserto de cercas, sendo que nem toda semana havia demanda para esse tipo de serviço. Por isso, esse morador tinha mais tempo para se dedicar ao trabalho para si, e, além disso, ele estava autorizado a vender a produção de seu roçado na feira.

se expressar na própria organização espacial do engenho [...].¹²(PALMEIRA, 1977, p.105-106 *apud* NEVES E SILVA, 2008)

Palmeira (1977) destaca que a distinção entre os moradores de uma grande propriedade canvieira ocorre fundamentalmente entre os moradores com sítio e os moradores que usufruem apenas do roçado (moradores de condição). Os primeiros detinham vantagens como: 1) realizar o trabalho para si numa parcela de terra maior; 2) plantar árvores frutíferas próximas à morada; 3) criar não somente aves, mas porco e outros animais de maior porte. Ainda ocorriam distinções internas aos moradores dos sítios, dentre as quais podemos destacar: nem todos eram autorizados a vender ou comprar produtos nas feiras; somente um número muito reduzido de moradores tinha permissão para plantar cana-de-açúcar no sítio; alguns chefes de família com sítio assumiam a função de supervisionar o trabalho dos moradores nos canaviais (HEREDIA, 1988; 2008).

Era nessa complexa trama de diferenciações:

[...] que o *senhor de engenho* estabelecia entre o conjunto dos *moradores* a ele ligados que se acrescentava a dívida moral e, portanto, também a fidelidade dos *moradores* para com ele. Assim, cada nova concessão, ou 'prêmio', acentuava e, portanto, garantia a reprodução dessa relação de dominação.¹³ (HEREDIA, 1988, p. 124)

Ser morador com sítio “era o modelo que todos os moradores pretendiam atingir” (HEREDIA, 1988, p. 124). No entanto, aqueles que se encontravam no topo da hierarquia dos moradores eram os que demonstravam “maior adesão ao *senhor de engenho*, tendo internalizado em maior medida, portanto, as normas desse sistema de dominação” (HEREDIA, 1988, p. 125). Em outras palavras, a “maior liberdade” dos moradores do sítio quando comparada à situação dos moradores de condição, é somente aparente, pois, o maior número de concessões do grande proprietário implica maior fidelidade e lealdade do morador. O fato de o morador com sítio estar no topo da hierarquia dos moradores não impede que este perca “da noite para o dia”¹⁴ o acesso ao sítio, aos produtos do trabalho para si e a morada.

Por isso, Garcia afirma que no sistema de morada a “troca objetiva toma a forma de ‘troca de favores’, distanciando-se das formas mercantis onde cada parceiro reflete sobre os seus interesses contemplados e sobre os interesses atendidos da parte adversa” (GARCIA, 1988, p. 11). A possibilidade de o morador conquistar vantagens materiais e simbólicas depende muito mais da relação que o morador tem com o grande proprietário do que de seu trabalho direto.

Quando esses mecanismos de exploração-domação não eram totalmente eficazes, ou seja, quando os moradores desobedeciam às ordens ou comprometiam o funcionamento desse sistema social de alguma forma, poderia ser feito uso da violência física. Muitas vezes, os castigos corporais eram realizados diante dos demais moradores, como num dos casos relatados cruamente no livro de memórias de Gregório Bezerra:

O cruel senhor do engenho chamou o homem e perguntou-lhe por ordem de quem havia chupado a cana. A desventurada criatura respondeu que estava com fome, por isso cortara a cana para chupar, mas a pagaria assim que começasse a trabalhar; não sabia se tinha sido proibido chupar cana no engenho, porque antes era permitido [fazia poucos meses que o engenho havia sido arrendado por um novo senhor de engenho]. O tatuíra, como resposta, mandou amarrá-lo no mourão da Casa Grande, lubrificá-lo com

12 Grifo no original.

13 Grifos no original.

14 O termo “da noite para o dia” é literal, pois não existia um aviso prévio em caso de expulsões de moradores.

mel e ordenou a seu *capataz* pôr o gado para lambê-lo. Dentro de poucos minutos, o homem começou a gritar e a pedir por Deus, por todos os santos que o sádico tatuíra o libertasse, ele passaria o resto da vida trabalhando de graça para o tatuíra, mas que o perdoasse [...] Pouco tempo depois, o homem era uma pasta de carne. O sangue escorria, o gado lambia-o e ele ainda implorava perdão do bandido latifundiário. Este, desgraçadamente, tinha um coração de tigre e [...] queria demonstrar sua *autoridade* perante os moradores, que, em pânico, eram obrigados a assistir àquela revoltante cena, para tomarem como exemplo. Mas ainda não estava no fim. O tatuíra, insatisfeito, mandou afastar o gado e desamarrar sua vítima, que estava em carne viva. Ordenou novamente lubrificá-lo com mel e prendê-lo no tronco de pés e mãos, para as formigas darem conta do resto. E deram. No dia seguinte, o homem amanheceu morto, transformado num grande formigueiro. Esse crime apavorou os habitantes do engenho.¹⁵ (BEZERRA, 1979, p. 52)

Esse suplício, que faz lembrar os relatos dos suplícios na Europa durante a Idade Média (FOUCAULT, 2002), ocorreu num engenho da zona da mata pernambucana, em 1908. Gregório Bezerra nesta época tinha oito anos de idade, e testemunhou, junto com outros moradores, o fato descrito. Mas por que algo aparentemente insignificante – chupar uma cana – motivou essa demonstração brutal de força do recém-chegado senhor de engenho? Talvez Gregório explicasse argumentando que a motivação do senhor de engenho estava em “demonstrar sua autoridade”. Na mesma linha, mas de forma mais aprofundada, Garcia (1988, p.15) explica que “os castigos corporais eram infligidos diante dos demais moradores, de maneira a produzir um efeito de demonstração e marcar claramente quem detém o uso legítimo da violência”. Portanto, a mensagem do senhor de engenho não significava somente reafirmar quem detinha autoridade, para além disso, estava sendo frisado quem podia e quem não podia fazer uso da violência, ou ainda, quem era senhor do próprio corpo e quem não era¹⁶.

Diante desse quadro, como os trabalhadores resistiam ao processo de exploração-dominância a que estavam submetidos? De um lado, uma forte dependência da moradia que pertencia ao grande proprietário, da terra do roçado – que pertencia ao mesmo –, do barracão onde se comprava querosene e outros mantimentos – que também era do proprietário –, em suma: a reprodução social do morador ocorre sem ele ser proprietário de praticamente nada, sequer é plenamente proprietário da sua força de trabalho; do seu corpo¹⁷. Isto não somente pela supracitada questão do uso legítimo da violência, mas também no tocante à imobilização da força de trabalho, que deve ser fiel ao grande proprietário que cedeu a moradia. A venda da força de trabalho numa grande propriedade vizinha, ou muitas vezes até a saída dos domínios do engenho para ir à feira, por exemplo, tinha que passar pelo crivo do grande proprietário, conforme o relato de um ex-morador entrevistado¹⁸:

Pesquisador (P): *O senhor morava em terra própria?*

Entrevistado (E): *Eu trabalhava para o engenho que fazia rapadura. [...] Nós trabalhávamos no cambão, que é trabalhar para pagar renda. Trabalhávamos*

15 Grifos dos autores.

16 Esse comentário sobre o uso do corpo também está apoiado em Garcia (1988).

17 Com esta afirmação não queremos dizer que o morador seria um escravo, pois o morador não era uma mercadoria, somente era mercadoria a sua força de trabalho e da sua família. Diferentemente do escravo, o morador podia procurar moradia e trabalho em outra fazenda. Como bem define Marx (1980, p. 18-19) “o escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, uma vez para sempre ao comprador. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. É ele mesmo que constitui a mercadoria e não a sua força de trabalho.”

18 Entrevista realizada em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

três dias de condição para o fazendeiro e dois dias para a nossa roça.

P: *E a roça era grande?*

E: *A roça era pequena. Negócio de quatro tarefas de terra [aproximadamente 1,5 hectare].*

P: *Vocês recebiam salário no dia de trabalho de condição?*

E: *Não. Era só para pagar o arrendamento. Além de pagar o arrendamento com três dias de condição, ainda tinha mais ... no final da safra da nossa roça ainda tínhamos que tirar para pagar com algodão. Era o fazendeiro mesmo que comprava, sabe? Mas juntava tudo na comissão para pagar a renda. [...]*

P: *Quando o senhor trabalhava para o engenho, era na área do campo?*

E: *Eu trabalhava na área do campo cambitando¹⁹ cana para o engenho. [...] Mas só que no inverno também trabalhávamos zelando a cana [nos tratos culturais do canavial], que era para quando chegar o tempo da moagem o engenho moer. Trabalhávamos limpando os matos [...]*

P: *Nessa época o senhor também trabalhava para fazendeiros próximos ao engenho?*

E: *Trabalhava.*

P: *Na diária?*

E: *Na diária. E a diária era trabalhada, rapaz...*

P: *E o fazendeiro do engenho não reclamava?*

E: *Não. Ele dizia assim: "Quando não tiver serviço aqui na minha fazenda vocês podem trabalhar em outro canto" Aí trabalhávamos... Mas era difícil também...*

De acordo com outro ex-morador entrevistado, existia um grande risco de expulsão da morada nos casos de assalariamento em outras fazendas sem autorização do grande proprietário:

Entrevistado: [...] Tem morador que mora nessa fazenda, mas através de uma remuneração oferecida melhor, ele vai para outra. Então corre o risco de perder aquela morada que ele tem. Pois ele deixou o compromisso com o patrão e foi servir a outro senhor. Então isso já ocorreu muito.

As tentativas de fuga desse circuito fechado, que é o domínio da grande propriedade, poderiam resultar em expulsão da morada, em perda da produção do roçado, ou ainda, nos casos mais extremos, em castigos corporais públicos. Como resistir nesse cenário?

Resistências restritas num espaço restrito

Para refletirmos sobre as formas de resistência nesse contexto, consideramos válido retomar passagens da abordagem de Scott sobre a temática da resistência dos camponeses:

Não somente são comparativamente raras as circunstâncias que favorecem levantes camponeses de larga escala, mas também as revoltas por elas provocadas são quase sempre totalmente esmagadas. [...] Uma história dos camponeses que focalizasse apenas as insurreições seria mais como uma história de trabalhadores fabris dedicados inteiramente a greves gerais e a protestos. [...] Para trabalhadores que operam, por definição, numa

¹⁹ "Cambiteiro" é como costumava ser denominado o trabalhador responsável pelo transporte dos feixes de cana do campo para o engenho. Em geral os feixes de cana eram transportados amarrados no lombo de burros de carga ou em carros de boi. Com o avanço da mecanização no transporte de cana, o serviço de "cambitagem" foi praticamente extinto.

desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes (SCOTT, 1982, p.11).

Existem algumas congruências da situação do camponês descrita por Scott (1982)²⁰ com os moradores das fazendas canavieiras, principalmente no tocante à grande dificuldade de organizar ações coletivas e aos maiores riscos de esmagamento de lutas públicas. Como vimos anteriormente, a vida do morador é marcada pelos domínios da grande propriedade em diversas esferas, e aí está incluído a do uso legítimo da violência.

As relações extremamente pessoais do universo do sistema de morada atreladas ao permanente risco de expulsão da terra por qualquer prova de infidelidade, são alguns dos aspectos que dificultam a organização de enfrentamentos públicos contra os grandes proprietários. Mas, como indicam Thompson (1981, 2004) e Scott (2002), a ausência de resistência de caráter público não significa necessariamente completa ausência de resistência.

Começamos investigando a reação dos moradores após o suplício que citamos acima. Certamente, a maioria esmagadora dos moradores achou que aquele ato fora uma cruel injustiça cometida pelo novo senhor de engenho. Mas, como esses moradores reagiram? Ou será que não reagiram?

Vejamos os seguintes fragmentos das memórias de Gregório Bezerra (1979, p. 52):

Nesse mesmo dia [no dia do término do suplício], minha mãe despachou meus irmãos para ir à casa da vovó [que ficava localizada na região do agreste pernambucano] pedir-lhe que a mandasse buscar, que não podia ficar naquele inferno, nem mais por uma semana. De fato, cinco dias depois estávamos viajando rumo ao sítio da vovó, em Panelas de Miranda, de onde havíamos saído acossados pela seca em dezembro de 1904. (BEZERRA, 1979, p. 52)

Mas isto é somente a reação de uma família de moradores. A fuga seria uma prática isolada ou seria significativa para o conjunto dos moradores? Bezerra não descreve se outras famílias também fugiram após o suplício, mas uma passagem de sua memória sobre o momento da chegada do novo senhor de engenho é bastante elucidativa:

Mas o pior mesmo para os habitantes do engenho foi a notícia concretizada do arrendamento do engenho ao mais cruel dos latifundiários da região sulina do Estado de Pernambuco. O fato é que o velho coronel Magalhães [...] preferiu arrendá-lo ao comparsa Joaquim Campos, homem cruel, frio e covarde, que assumiu a posse do engenho em dezembro de 1907. Mais de dois terços dos habitantes do engenho, apavorados com o novo dono, mudaram-se para outras bandas, longe do engenho brejinho e do seu dono. Como havia uma dura estiagem na zona agrestina, minha mãe resolveu ficar por algum tempo, até caírem as primeiras chuvas. (BEZERRA, 1979, p. 51)

Nessa passagem fica evidenciada que a saída da grande propriedade era uma corriqueira estratégia de insubmissão a situações consideradas intoleráveis pelos moradores. Entrevistamos ex-moradores²¹ que nos informaram que essa prática era frequente; alguns desses relataram que a saída, muitas vezes, poderia ser tranquila, mas que também havia casos de fugas na

20 Os camponeses analisados por Scott residiam numa vila produtora de arroz na Malásia, a referida pesquisa foi realizada entre 1978 e 1980.

21 Entrevista concedida em fevereiro de 2011 no município de Teotônio Vilela/AL.

madrugada pelo risco de eles terem produtos de sua roça confiscados ou de serem humilhados pelo grande proprietário. Isso dependeria muito da conjuntura que antecedia a saída. Albuquerque (2009, p. 75) também ressalta que esse era “um instrumento muito comum [...] quando as condições de trabalho e regras impostas” não pareciam adequadas na leitura dos moradores.

Entretanto, cabe indagar se o abandono de uma grande propriedade por outra pode ser considerado um ato de resistência. Pode até ser considerada do ponto de vista da luta mais vital pela reprodução social da família do morador, mas isto coloca em xeque, ou altera qualitativamente e quantitativamente as relações de trabalho do sistema de morada? Enfim, essa é uma questão que exige uma análise mais aprofundada, entretanto, ainda que de forma embrionária, podemos afirmar que o alcance desse tipo de ação se não for realizado em massa tende a ser muito limitado. Por isso, achamos válido o comentário de Albuquerque quando afirma que essas ações “tiveram um efeito redundante” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 75).

Outra indagação diz respeito aos trabalhadores que detinham maiores concessões, como é o caso dos moradores com sítio: estes abandonariam a grande propriedade por vontade própria após anos de dedicação objetivando receber os “prêmios” ou dons? O fato de esses, provavelmente, não terem o mínimo interesse de abandonar a terra por vontade própria, e de tenderem a ter maior fidelidade em relação ao grande proprietário, implicaria necessariamente total passividade deles em relação ao grande proprietário?

Sobre essa questão, vejamos a seguinte passagem do romance *Menino de Engenho*:

Meu avô me levava sempre em suas visitas de corregedor às terras do engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor dos seus campos. O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar ordem. Andávamos muito nessas suas visitas de patriarca. Ele parava de porta em porta, batendo com a tabica de cipó-pau nas janelas fechadas. [...] E quando o meu avô queria saber por que o Zé Ursulino não vinha para os seus dias no eito, eles arranjavam desculpas:

– Levantou-se hoje do reumatismo.

O meu avô então gritava:

– Boto pra fora. Gente safada, com quatro de dias de serviço adiantado e metidos no eito do Engenho Novo. Pensam que eu não sei? Toco fogo na casa.

– É mentira, Seu Coronel. Zé Ursulino nem pode andar. Tomou até purga de batata. O povo foi contar mentira pro senhor. Santa Luzia me cegue, se estou inventando.

E os meninos nus, de barriga tinindo como bodoque. E o mais pequeno na lama, brincando com o borro sujo como se fosse areia de praia.

– Estamos morrendo de fome. Deus quisera que Zé Ursulino estivesse com saúde.

– Diga a ele que pra semana começa o corte da cana.

E quase sempre mais adiante nós encontrávamos Zé Ursulino de cacete na mão e com sua saúde bem rija.

– Já disse à sua mulher que boto pra fora. Não vai trabalhar na fazenda, mas anda vadiando por aí. Não quero cabra safado no meu engenho.

E era a mesma conversa. Que pra semana ia na certa. Que andava doente de novo, com dores pelo corpo todo. (REGO, 1973, p. 36-37)

Essa passagem é de uma riqueza ímpar²². A descrição das visitas do grande proprietário aos seus moradores revela como o senhor de engenho estava no centro da organização da vida social de sua propriedade. As visitas não eram somente para “dar os seus gritos de chefe”, também eram ouvidas as “queixas do povo”. Dessas conversas surgiam, por exemplo, autorização para o morador pegar bacalhau e remédios na casa grande, ou até mesmo queixas de moradores em relação à conduta doméstica de seus maridos²³ (REGO, 1973, p. 38). Como se pode perceber, a autoridade e interferência do senhor de engenho se efetivam em diversas esferas da vida social. Como não cumprir fielmente as ordens do grande proprietário?

Zé Ursulino nos dá um bom exemplo de insubordinação. Mesmo desautorizado pelo grande proprietário a vender sua força de trabalho em outros engenhos, ele a vende, e sempre sem assumir que a vendeu. Por mais que várias testemunhas o tenham visto trabalhando no Engenho do Meio, ele nega, e com a cumplicidade de sua esposa, que acusa as testemunhas de mentirosas. Por mais que seu bom estado de saúde denuncie que ele não estava de cama com reumatismo, a esposa nega: “que Santa Luzia me cegue se ele não estava doente”.

Essa estratégia de negar, mesmo diante de inúmeras evidências contrárias, marcada pela dissimulação e subordinação falsa, seria o que Scott (2002, p. 12) denominaria como “armas dos fracos”²⁴. Admitir publicamente insubordinação ao senhor de engenho seria assinar uma sentença de expulsão que poderia resultar em efetivação da ameaça de “tocar fogo na casa”.

Nas manifestações culturais dos moradores das fazendas canavieiras de Alagoas também encontramos protestos marcados pela dissimulação. O guerreiro²⁵, por exemplo, começava sempre pedindo licença ao senhor do engenho, mas muitas vezes isso poderia significar uma falsa submissão. Um entrevistado presenciou uma apresentação de guerreiro em 1966, no município de Colônia de Leopoldina/AL, que foi iniciada com o mestre pedindo licença ao senhor de engenho, depois foi cantada e dançada de forma alegre, até mesmo no momento em que os versos denunciavam que o guerreiro só não estava mais bonito e alegre por conta da falta de dinheiro para reformar as roupas e os enfeites:

Como é qui eu vou dançar
Qui nem um farrapo humano?
Pois o pano qui eu preciso
Qui eu nem posso comprar.²⁶

De forma “alegre” e dissimulada, o mestre do guerreiro protestava, diante dos olhos do senhor de engenho, contra a pobreza dos moradores do seu domínio que sequer podiam comprar pa-
na para confeccionar a indumentária de apresentação artística.

22 A despeito da obra *Menino de Engenho* (1973) ser um romance, esta não perde seu valor enquanto registro histórico, pois se trata de uma construção literária a partir das memórias da infância de José Lins do Rego num engenho paraibano.

23 Um exemplo desse tipo de interferência nas esferas íntimas da vida dos moradores foi narrado pela supracitada ex-moradora entrevistada. Ela nos contou que após seu noivo ter dançado com outras moças no dia da festa do seu casamento, a senhora de engenho interveio: “Ela chamou ele e disse: ‘Carlos, não é assim não. A primeira parte você tinha que dançar com a sua noiva. Você ao invés de dançar com a sua noiva vai dançar com outra?’”.

24 Em pesquisa de campo realizada entre 1978 e 1980 numa vila produtora de arroz na Malásia, Scott encontrou trabalhadoras que boicotavam a colheita de arroz dos proprietários que aderiam à mecanização. Apesar do boicote ser efetivo e evidente, as mulheres publicamente sempre negavam o boicote por meio de desculpas que justificassem a sua ausência na colheita (2002).

25 O guerreiro é uma manifestação cultural que contém canto e dança. Para um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, ver os estudos do folclorista alagoano Théo Brandão (2007).

26 Cf. relato oral do Professor de Serviço Social aposentado José Nascimento de França, que presenciou a referida apresentação de guerreiro em 1966. O depoimento foi colhido em fevereiro de 2011, em Maceió.

Da mesma forma pode ser interpretada a seguinte adivinha que circulava nas áreas canavieiras de Alagoas:

Eu fui preso e ajoujado
Por ordem do seu tenente;
Vi meu sangue derramado
No meio de tanta gente.²⁷

À primeira vista, temos a impressão de que a adivinha está se remetendo a um trabalhador vítima de um suplício e, no fundo, a intenção de quem fez essa adivinha foi causar essa impressão. Mas a resposta oficial da adivinha seria: a cana. Como explica Diegues Jr., seria “a cana presa e ajoujada [sic] em feixe por ordem do senhor de engenho que aí aparece na qualidade ‘seu tenente’, isto é, o que manda; quando esmagada pelas moendas, o caldo que é seu sangue, derrama-se” na presença dos trabalhadores; “tanta gente” (DIEGUES JR., 2006, p. 304). Ou seja, a cana é uma metáfora utilizada para falar da situação do trabalhador.

Os incêndios nos canaviais também podem ser considerados uma forma de enfrentamento velado. Um dos ex-moradores entrevistados nos informou que essa prática, que atualmente é utilizada com muita frequência, já é deveras antiga. Ela consiste em incendiar – secretamente – as canas antes do seu ponto ideal de maturação, desse modo, o objetivo dessa ação é causar prejuízo ao usineiro ou grande proprietário²⁸.

Essas formas limitadíssimas de resistência foram as mais praticadas durante o período em que o sistema de morada foi hegemônico. Ao longo desse período, em Alagoas, eram raros os casos de greves dos moradores²⁹ ou atuação via sindicato combativo (LIMA, 2006). Ainda que as limitadas formas de resistências analisadas aqui não tenham o objetivo de colocar em xeque os pilares do processo de exploração-dominância, achamos que essas formas de ação não podem ser desconsideradas, principalmente quando estamos tratando de um universo social “fechado”, que imobiliza a força de trabalho, como no caso do sistema de morada presente nas grandes propriedades canavieiras do nordeste. Ademais, desprezar as formas de resistências cotidianas pode resultar numa leitura fantasmagórica da luta de classes: como se estas ocorressem apenas em alguns poucos momentos da história.

Expansão dos canaviais e expropriação

Segundo Lima (2006), a evolução da agroindústria canavieira alagoana, entre o período de construção do IAA até 1990, está constituída por três etapas: “a da consolidação do parque usineiro (1930-1950), a do processo de expansão e modernização (1950-1975) e a de um segundo surto expansivo ligado ao Proálcool (1975-1989)” (LIMA, 2006, p. 101). De acordo com o mesmo

27 Cf. Diegues Jr. (2006, p. 304).

28 No entanto, cabe indagar, se essa prática seria executada exclusivamente pelos trabalhadores, pois, no bojo da concorrência entre usineiros, senhores de engenho e fornecedores de cana, o incêndio poderia (e ainda pode) ser um dos expedientes da disputa.

29 Encontramos em Heredia (1988) um relato de greve dos moradores de um engenho logo após este ter sido comprado por uma usina. Esse caso muito raro de greve acabou resultando em expulsão dos moradores. Cabe ainda indagar se a escassez de relatos de conflitos públicos envolvendo moradores das fazendas de cana em Alagoas (em especial entre os anos 1940 e 1970) foi ainda mais potencializada pelo boicote dos jornais da época. Recuando um pouco mais na história, encontraremos ainda a emblemática Guerra dos Cabanos que resultou numa longa guerra de guerrilhas no início do Brasil Império (ANDRADE, 1989). Os rebeldes eram compostos, sobretudo, por escravos, índios, moradores e pequenos produtores do norte de Alagoas e do sul de Pernambuco. Para maiores esclarecimentos sobre a Guerra dos Cabanos, ver o estudo de Lindoso (1983).

autor, no que tange todo esse longo período, a decisão de expandir as lavouras de cana para os tabuleiros (na década de 1950) foi o fato “mais importante para moldar a estrutura produtiva alagoana” (LIMA, 2006, p. 101). Mas o que são os tabuleiros? Por que eles foram tão decisivos para os rumos da agroindústria canavieira alagoana?

Recorreremos ao geógrafo Manuel Correia de Andrade (1959), pois ele descreve os tabuleiros e suas vantagens para o cultivo da cana:

As zonas dos tabuleiros estende-se desde o pediplano de Arapiraca [município localizado no agreste alagoano] até às formações litorâneas, possuindo nas Alagoas muito maior largura do que em Pernambuco. Acha-se inclinada, *grosso modo*, em direção ao mar, pois alcança quase 200m de altitude a Oeste de Arapiraca, para descer até os 40 ou 50m nas proximidades da praia onde forma abruptas falésias. ³⁰ (ANDRADE, 1959, p. 24)

Observou-se então, como salientou o agrônomo MORAIS (Rodolfo de A – 1958), que os tabuleiros apresentam uma série de vantagens; por ser plano, é o tabuleiro menos atingido pela erosão, facilitando por conseguinte a mecanização, o tratamento e a colheita da lavoura (os canaviais da [usina] Sinimbu são cortados por rodagens paralelas e perpendiculares umas às outras, de cinqüenta em cinqüenta metros, formando quadrados semelhantes a um tabuleiro de jogo de damas); outra vantagem é a de que nos tabuleiros as canas suportam melhor a estiagem, são mais uniformes e menos sujeitas a doenças. Todos esses fatores, sobretudo a fácil mecanização, trazem grande economia para a usina, que cultiva diretamente seus canaviais. (ANDRADE, 1959, p. 56)

Foi esse conjunto de fatores que resultou na subida dos canaviais alagoanos para os tabuleiros (até o início de 1950 os canaviais eram tradicionalmente concentrados nas várzeas dos vales úmidos). A iniciativa pioneira foi da usina Sinimbu, que por meio de uma adubação adequada, logrou êxito na incorporação dos tabuleiros (ANDRADE, 1959 E 1994; LOUREIRO, 1969; SANT'ANA, 1970). Essa experiência bem sucedida (do ponto de vista do usineiro) foi seguida por outras usinas do estado. Assim, os tabuleiros possibilitaram uma drástica expansão da fronteira agrícola da cana, sendo hoje a principal área produtora dessa cultura em Alagoas.



Figura 1: Mapa do relevo alagoano: destaque para a região dos tabuleiros
 Fonte: www.frigioletto.com.br/geoalagoas/relevo.htm

Apesar das áreas dos tabuleiros se estenderem do Rio Grande do Norte ao estado de Sergipe (ANDRADE, 1994), elas se destacam em Alagoas por serem, em geral, mais largas e compridas quando comparadas a dos outros estados. No entanto, elas não são homogêneas: ao sul de Alagoas os tabuleiros se caracterizam por sua maior dilatação de largura e profundidade, enquanto ao norte, são menos extensos (LIMA, 2006). Por isso atualmente a maior concentração de usinas de Alagoas está na micro-região dos tabuleiros de São Miguel dos campos, ao sul do estado³¹.

MAPA DE ALAGOAS POR MICRO-REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS

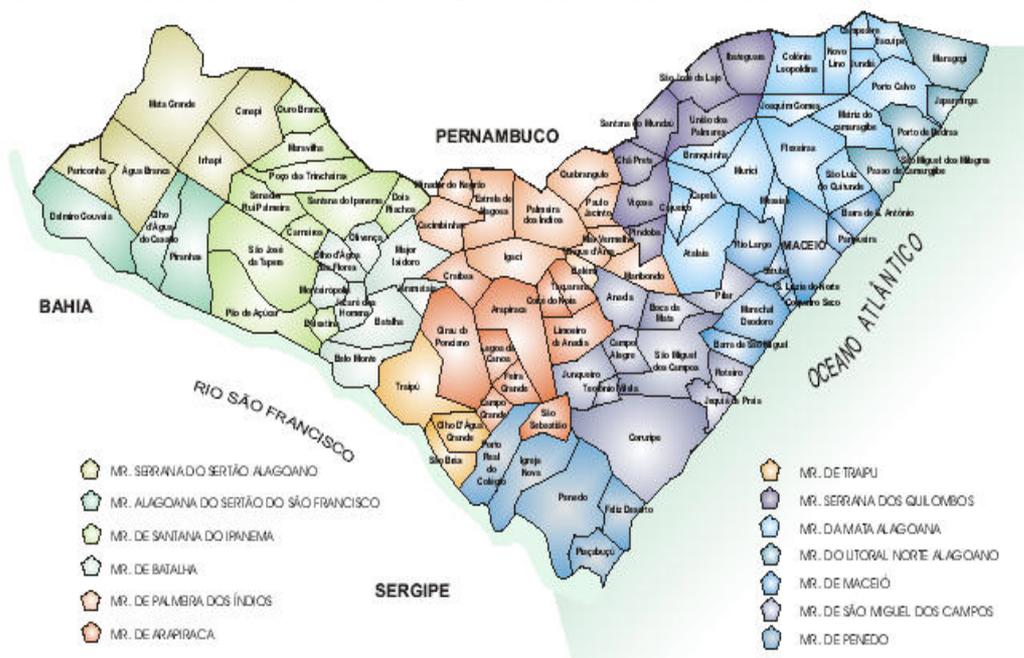


Figura 2: Microrregiões geográficas de Alagoas
 Fonte: Resenha Estatística de Alagoas - SEPLAN AL apud www.frigioletto.com.br

Consideramos que essa breve contextualização do papel dos tabuleiros na expansão dos canais seja fundamental para compreendermos porque atualmente Alagoas é líder nordestino de produção dessa matéria-prima. Todavia é impossível compreender tal liderança se nos limitarmos apenas às potencialidades dos aspectos geográficos. Por trás do período “de expansão e modernização” (LIMA, 2006) dessa agroindústria em Alagoas, estão, dentre múltiplos aspectos, vários episódios de expropriação e de mudanças nas relações de trabalho. Começamos investigando as expropriações dos pequenos produtores.

No livro *Açúcar: notas e comentários*, Osman Loureiro (1969), que foi usineiro e ex-governador do estado, comete um “ato falho” ao revelar aquilo que ele próprio queria esconder. Vejamos o seguinte trecho:

A esta primeira primazia quanto à posse de trecho geográfico especial, é preciso adir-se a zona dos chamados tabuleiros [...] esses altiplanos,

31 A figura 1 ilustra a localização dos municípios da micro-região dos tabuleiros de São Miguel dos Campos, são estes os seguintes municípios: São Miguel dos Campos, Roteiro, Jequiá da Praia, Boca da Mata, Campo Alegre, Anadia, Junqueiro, Teotônio Vilela e Coruripe.



tidos e havidos de velha data como impróprios à cultura da cana, e *apenas admitindo as pequenas lavouras de subsistência*, como a mandioca, a batata e algumas frutas, serviam, entretanto, por igual, para a grande lavoura. Tudo era conterá-los [sic] com adubação adequada. As experiências, por eloquentes, tiveram seguidores. Em breve, vastos canaviais começaram a desartar-se por esses chapadões, outrora relegados por inadequados, e hoje avocados ao serviço de nossa cultura maior. [...] Para quem atravessou essas *solidões semi-desérticas* e hoje entressachadas de vigorosos canaviais, o coração se lhe desaperta na antevisão do futuro que nos aguarda.³² (LOUREIRO, 1969, p. 244-245)

Nessa passagem Loureiro descreve os tabuleiros de duas formas: a primeira é como área das *pequenas lavouras de subsistência*, enquanto a segunda é como espaço das *solidões semidesérticas*. Ora, se esses espaços admitiam as pequenas lavouras de subsistência como poderiam ser *solidões semidesérticas*? Então era insignificante o número de pequenos produtores nessas áreas? Essa questão é de suma importância, pois se aceitarmos a premissa das *solidões semidesérticas* a expropriação dos pequenos produtores nessas áreas teria sido quase nula. Por outro lado, recusando essa premissa – e adotando a de que seriam áreas ocupadas por pequenas lavouras de subsistência – a vertiginosa expansão da cana nos tabuleiros só poderia ter ocorrido por meio de um “xeque mate” nos pequenos produtores.

Heredia foi a pesquisadora que se aprofundou de forma mais minuciosa nessa temática. Em estudo realizado no fim da década 1970 e início dos 1980, que incluía pesquisas de campo na área que deu origem ao município de Teotônio Vilela, a autora se deparou com a seguinte situação:

Os pequenos produtores – inclusive os que eram proprietários – faziam uso, no passado, das parcelas localizadas fora dos limites da grande propriedade, que eram por eles denominadas “terras de hereu” ou “terras sem donos”. Os tabuleiros da área, situados fora das grandes propriedades, eram, pelo povo do sítio, designados desse modo. [...] Nelas [nas terras dos tabuleiros] foram se instalando os pequenos produtores, e seu usufruto passou a ser transmitido de geração em geração. É, pois, precisamente porque esse conjunto de relações foi afetado que a passagem da situação anterior para a atual não significou apenas o fim do acesso a terra para aqueles que delas desfrutavam, mas, também, e fundamentalmente, a mudança nas relações sociais até então existente entre os pequenos produtores (HEREDIA, 2008, p. 60).

Nesta pesquisa Heredia conseguiu reunir diversos depoimentos, além de outras evidências, que comprovam que a expansão da cana para os tabuleiros só foi possível por meio da expropriação dos pequenos produtores³³. Dentre os mecanismos de expropriação identificados pela autora, destacamos os seguintes: 1) boatos de que os usineiros tomariam as terras daqueles

32 Grifo dos autores.

33 Conforme o Censo agrícola de 1920, no município de Coruripe (que faz fronteira com Teotônio Vilela) as lavouras do coco (1.217 hectares/ ha.), de feijão, milho e mandioca (1.102 ha.) ocupavam uma área plantada superior à da cana-de-açúcar (863 ha.) (HEREDIA, 1988, p. 49). Noventa anos após o Censo de 1920, a área do plantio de feijão, milho e mandioca foi reduzida pela metade (restando atualmente o equivalente a 650 ha, segundo levantamento das lavouras do IBGE em 2009), enquanto a da cana-de-açúcar cresceu vertiginosamente de 863 ha. para 52.238 ha. No tocante à produção agrícola do município de Teotônio Vilela, segundo o levantamento do IBGE sobre as lavouras (realizado 2009), a plantação de cana-de-açúcar é líder com aproximadamente 1 milhão de toneladas de cana colhidas numa área plantada de 15.500 hectares. A esmagadora liderança só se torna evidente quando comparamos esses números com os dos cultivos de outros produtos: o que mais se aproxima da cana-de-açúcar é a do feijão, que ocupa apenas 200 hectares de área plantada, seguida do milho com 100 hectares e da mandioca com o inexpressivo 55 hectares de área plantada.

que não tinham o documento que comprovasse a posse, resultaram em vendas de terras por um preço muito abaixo do valor de mercado; 2) as usinas compravam o lote de um herdeiro, mas, por fim, registravam como se a compra fosse da área total de todos os herdeiros; 3) aqueles que não vendiam sua terra, muitas vezes ficavam cercados por grandes propriedades e sofriam diversos tipos de pressão, que iam desde fechamento da saída da propriedade, até a invasão paulatina de parte de sua terra (HEREDIA, 1988 e 2008).

Essas formas fraudulentas de acumulação e expropriação remetem ao conceito de “acumulação por espoliação” proposto por Harvey (2004) ao analisar as formas contemporâneas de acumulação. Para este autor, traços característicos daquelas formas de acumulação descritas como restritas ao período da “Acumulação Primitiva do Capital” (Marx, 1985), não se extinguiriam ao longo da consolidação e expansão mundial do capitalismo, muito pelo contrário: formas de acumulação baseadas no uso de fraudes e da violência seriam intrínsecas ao capitalismo. Desse modo Harvey nos alerta para os limites das abordagens que

[...] relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de [Rosa de] Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária [...]. Como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2004, p. 120 e 121)

Mecanismos de expropriação e acumulação muito semelhantes aos descritos por Heredia também ocorreram (e ainda ocorrem) em nível nacional. O período estudado por Heredia foi marcado nacionalmente pelo processo de “modernização trágica” (Silva, 1999) da agricultura brasileira, que intensificou diversas formas de expropriação de pequenos produtores e alterou as relações de trabalho. Como demonstrou Maria Aparecida Moraes Silva, esse processo não pode ser entendido somente como impulsionado pela lógica da acumulação das agroindústrias, o papel do Estado, por exemplo, foi fundamental para a sua consolidação. Por meio da análise do Estatuto da Terra (ET) e do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), a autora demonstra como estes mecanismos, que aparentemente poderiam representar algum avanço para os trabalhadores, no fundo regulamentaram a intensificação da exploração da força de trabalho (Silva, 1999). Na análise do processo de expropriação dos pequenos produtores alagoanos também não podemos negligenciar o papel desempenhado pelo Estado.

A incorporação das terras dos tabuleiros pelas usinas recebeu o estímulo direto do Estado, através do IAA e do Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, que nesse momento objetivava elevar a produtividade do setor e reduzir os custos da produção. Nesse contexto foram adotadas diversas medidas que acabaram beneficiando as principais unidades produtivas do estado, dentre estas se destacam: financiamento público para a compra de terras e isenção de impostos para importação de maquinários (HEREDIA, 2008; LIMA, 2006; MELLO, 2002).

Entretanto, a consolidação da invasão da cana nas áreas dos tabuleiros não determina necessariamente o esgotamento do sistema de morada, afinal, o sistema de morada poderia continuar intacto mesmo sem a presença dos pequenos produtores expropriados dos tabuleiros. Então quais foram as principais causas do colapso do sistema de morada?

O estudo de Afrânio Garcia (1988), *Sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste*,

aponta três mediações que o autor considera fundamentais para a compreensão do declínio do sistema de morada no Nordeste: 1) concorrência das usinas com os engenhos; 2) possibilidade de deslocamentos maciços para as cidades industriais; 3) organizações camponesas e o novo quadro jurídico. A partir dessas mediações propostas por Garcia, analisaremos o declínio do sistema de morada em Alagoas.

No tocante à primeira mediação, a chegada das primeiras usinas em Alagoas ocorreu no final do século XIX (SANT'ANA, 1970). Apesar de as usinas terem representado uma revolução no aspecto da técnica produtiva, quando comparada aos engenhos, o mesmo não pode ser dito sobre o aspecto das relações de trabalho:

A análise da trajetória de alguns trabalhadores que consideravam ter sido *moradores* no passado revela que nem sempre tinham estado ligados ao *senhor de engenho*, tendo alguns deles sido *moradores* de propriedades que pertenciam às usinas. A análise das relações sociais em ambas as situações – longe de nos levar a pensar que estávamos diante de expressões vazias de conteúdo – revela que o engenho, enquanto sistema social, permaneceu dominante mesmo depois do surgimento das usinas, e mais ainda, que as usinas instaladas na área adotaram, inclusive, o sistema de *morada* característicos do engenho.³⁴ (HEREDIA, 1988, p. 161)

A incorporação do sistema de morada pelas usinas de Alagoas ocorreu no bojo da intensa concorrência entre senhores de engenhos e usinas. As disputas não se limitavam aos aspectos de financiamento estatais; existiam duradouros embates sobre o acesso a terra, aos rios e às linhas férreas para escoar a produção³⁵ e à mão-de-obra (HEREDIA, 1988, p. 161). Segundo Heredia, é por conta da resistência dos senhores de engenho no plano da maior imobilização de força de trabalho possível, que ocorre uma incorporação do sistema de morada pelas usinas em Alagoas:

Uma vez que se instalaram [as usinas] em áreas de engenhos, nas quais, conseqüentemente, o acesso a terra e à mão-de-obra estava fundamentalmente sobre o controle dos senhores de engenho, as usinas tiveram que acabar adotando, de fato, as relações dominantes nos engenhos como a única maneira de obter a mão-de-obra necessária. [...] Na área, a usina Sinimbu construiu casas melhores e 'mais higiênicas' e até escolas como forma de incentivar os trabalhadores a nela se estabelecerem (HEREDIA, 1988, p. 170).

Sendo assim, a chegada das usinas em Alagoas não significou, num primeiro momento, o declínio do sistema de morada, mas o inverso: o sistema de morada foi reiterado. Como sublinha Heredia, "o fim dos engenhos, enquanto fábricas" constituiu-se num longo processo histórico que, em Alagoas, "demandou meio século" (HEREDIA, 1988, p. 162). Mesmo que a concorrência das usinas com os engenhos tenha resultado em eliminação dos últimos, não podemos concluir, a princípio, que o sistema de morada estaria fatalmente extinto com o fim dos engenhos, pois, como já vimos, as usinas o adotaram. O que poderia impedir sua continuidade, como relação de trabalho hegemônica, até os dias de hoje? Em suma, a concorrência entre engenho e usina, enquanto mediação isolada não ajuda a compreender as causas do declínio do sistema de morada.

34 Grifos do original.

35 Heredia (1988, p. 164), analisa em Alagoas um caso em que o transporte terrestre entre a usina e o rio era obrigado a passar por propriedades do engenho. Isso acarretou intenso conflito com tentativas de cobrança de pedágios por parte dos engenhos.

Sobre a segunda mediação destacada, os deslocamentos em massa para cidades industriais, em especial para as do sudeste, a partir de 1940 e 1950 com as melhorias nos transportes³⁶, teriam gerado uma alternativa de rompimento com universo rural/privado. Estas migrações enfraqueceram o sistema de morada, tanto no que se refere à diminuição no número de moradores em decorrência da maior concorrência pela força de trabalho, quanto no tocante à mudança de representação dos que migraram sobre o sistema de morada e a luta por direitos (GARCIA, 1988). A migração de moradores das propriedades canavieiras para centros urbanos industriais, também foi um fenômeno que ocorreu em Alagoas no mesmo período destacado por Garcia, no entanto é difícil medir o seu impacto sobre o sistema de morada.

Retomando a terceira mediação, para Garcia, o surgimento da primeira organização política expressiva dos camponeses – as Ligas Camponesas criadas por volta de 1955 –, não somente estava relacionada a uma nova representação sobre as lutas por direitos, proporcionada pelas viagens aos centros industrializados. A mudança de conjuntura, que propiciou uma maior possibilidade de atuação dos moradores, está intimamente ligada com a saída de um significativo número de grandes proprietários para morar nas cidades:

A situação particular desses antigos moradores tem por origem o deslocamento para as cidades de certos proprietários que tentaram enfrentar a decadência de seus engenhos através da reconversão de suas atividades, passando para o comércio ou para cargos administrativos e favorecendo os investimentos escolares de seus filhos. [...] A submissão direta a todo instante deixava de se materializar, o que permitia a esses moradores muito particulares exercer o controle das decisões sobre a exploração da terra e sobre a comercialização dos produtos [...] No momento em que os senhores quiseram aumentar as prestações em dinheiro, ou, retornando à propriedade e querendo controlar os trabalhos agrícolas [...] liquidando as vantagens materiais adquiridas [pelos moradores], os trabalhadores puderam apelar para os serviços de Francisco Julião, advogado residente em Recife e deputado estadual (GARCIA, 1988, p. 25).

Por esse aspecto, a concorrência com as usinas que levou à eliminação dos engenhos é uma das mediações fundamentais para compreender o declínio do sistema de morada. Sem o deslocamento de alguns grandes proprietários dificilmente as Ligas poderiam ter sido criadas. A atuação das Ligas por meio da justiça tinha um “efeito simbólico preciso: colocava no mesmo plano a palavra do morador e do senhor e materializava a existência de um poder acima do senhor” (GARCIA, 1988, p. 25). A entrada na justiça foi acompanhada por ameaças, surras e assassinato de moradores. O risco de condenação na justiça ameaçava o capital simbólico do senhor. Apesar dessas retaliações, moradores continuavam se organizando, como no caso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), ligadas ao PCB.

No início dos anos 1960 ocorreu uma ascensão das lutas de classes no país. Foi nesse cenário de pressão por Reformas de Base, que foi votado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 2 de março de 1963. O referido Estatuto estendia alguns importantes direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais³⁷, ou melhor, para os trabalhadores rurais permanentes. Pois, como bem observa Maria Aparecida Moraes Silva (1999), os temporários não estavam contemplados. Por isso, a autora afirma que esse é um ponto

36 Em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela/AL, entrevistamos uma ex-moradora que migrou para o interior paulista na década de 1950. A viagem durou 12 dias e o destino era uma fazenda de café. A entrevistada nos informou que achava a vida mais próspera em São Paulo, e que só não se fixou por que seu marido quis retornar.

37 Eram esses direitos fundamentais como: salário mínimo, férias anuais pagas e avisos prévios.

[...] que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isto é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão dos trabalhadores da fazenda (SILVA, 1999, p. 64).

Esse aspecto fundamental do ETR não é ressaltado por Garcia, o autor foca, sobretudo, em como a “economia da morada foi afetada” com essa legislação, “pois o que constituía seu próprio fundamento, o dom ou favor do senhor que acarretava o contradom do morador, destinado a saldar a dívida, ficou definido como uma simples contrapartida numa relação contratual” (GARCIA, 1988, p. 27). A substituição da noção de favor pela de direito, sem dúvidas, afeta diretamente o sistema de morada. Entretanto, essa substituição não ocorre automaticamente após a aprovação da legislação. Existe uma longa e cotidiana luta para substituição da referida noção³⁸.

Segundo Albuquerque, “a luta por direitos e por mudanças na estrutura fundiária, principais plataformas políticas das Ligas Camponesas, chegou a Alagoas com três décadas de atraso” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 103). O ETR não tomou corpo no estado. As Ligas, que surgiram no estado vizinho de Pernambuco e logo foram estendidas para a Paraíba, não conseguiram adentrar Alagoas. Durante o período de efervescência das Ligas, em Alagoas quase não ocorreu lutas abertas nos canaviais³⁹. Para o autor:

Apenas no final da década de 1980, quando a expropriação do trabalhador rural com o esgotamento do sistema de moradia atinge um grau ainda mais avançado e o êxodo alcança patamares até então inéditos, é que se dão as condições objetivas para um maior enfrentamento entre trabalhadores e patrões. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 102)

Ao falar “de maior enfrentamento”, o autor está se referindo às campanhas salariais promovidas pela FETAG/AL no final dos anos 1980 e início de 1990, que paralisou, por alguns dias, a produção de parte do setor canavieiro. Para Albuquerque, somente no momento de auge do declínio do sistema de morada em Alagoas, é que se dão as condições objetivas para um enfrentamento coletivo e público.

O fim dos anos 1980, além de ser um marco pela intensificação das expulsões de moradores, também representou um momento de pico do ingresso de moradores e ex-moradores na justiça, mais especificamente no período de 1986 a 1988 (ALBUQUERQUE, 2009). Nesse cenário de reabertura política e de Assembléia Constituinte, de campanhas salariais promovidas pela FETAG/AL e de aumento dos processos judiciais, foi ainda mais acelerado o ritmo das expulsões dos moradores. Segundo estimativas dos usineiros, que eram compatíveis com os dados oficiais do governo do Estado de Alagoas, entre 1990 e 1995 foram demolidas 40 mil casas de antigos moradores (CARVALHO, 2009).

Em maio de 1995, o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar – AL) foi indagado por um correspondente do Jornal *Folha de São Paulo* sobre o que motivava a abrupta expulsão dos moradores. O representante dos usineiros respondeu da seguinte maneira: “A destruição das casas é loucura, mas foi a lei trabalhista que criou isso” (CIPOLA, 1995 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 48). Uma das estratégias utilizadas pelos

38 É válido lembrar que essa luta contava com toda a adversidade causada pelo contexto de ditadura militar no país, após 31 de março de 1964.

39 Essa é uma questão que precisa ser mais estudada, pois, nesse mesmo período em Alagoas o PCB tinha uma atuação expressiva nas áreas urbanas (LESSA, 2011) e estimulava a fundação de sindicatos rurais (LIMA, 2006).

usineiros para acelerar a saída dos moradores consistia em proibir o acesso ao roçado (Mello, 2002).

Contudo, afirmar que o sistema de morada entrou em colapso não é o mesmo que dizer que esse foi completamente extinto. A despeito do referido colapso, a figura do morador ainda está presente nas usinas de Alagoas:

A partir da atual reestruturação produtiva, a atual condição de morador, mais do que uma questão semântica, designa hoje um grupo de trabalhadores mais enxuto de trabalhadores fichados, rigorosamente selecionados e contratados pelas usinas. Gradativamente, vão sendo mais qualificados, contratados por suas aptidões, avaliados por desempenho, e estabelecendo-se novos padrões de lealdade (MELLO, 2002, p. 105).

A reestruturação produtiva em curso consolidou o processo de proletarização do morador das fazendas de cana. Até mesmo o atual morador das usinas, que hoje representa um número insignificante, foi deveras reconfigurado⁴⁰. Nas periferias dos aglomerados urbanos, junto com os antigos moradores, estão agora os ex-posseiros e pequenos proprietários que sofreram as consequências do processo de expropriação das terras dos tabuleiros e do roçado da morada. Muitos desses não conseguem mais trabalho na lavoura canavieira, pois não estão enquadrados no perfil de trabalhador extremamente produtivo⁴¹. Dentre os “inempregáveis” estão as mulheres, que foram excluídas das diversas etapas de trabalho nos canaviais alagoanos (plantio, tratos culturais e colheita)⁴². Aqueles que ainda permanecem empregados no corte manual da cana têm, ao longo das safras, a saúde degradada pelo processo de precarização e intensificação dessa atividade laboral (PLANCHEREL *et al.*, 2011; SANTOS, 2011). Um grande número desses trabalhadores não se aposenta pelo fato de não conseguir comprovar o nexo causal entre o trabalho e o adoecimento, ademais, os mesmos não trabalhavam com carteira assinada durante o tempo em que eram moradores. Alguns dos ex-moradores condenados à “inflexibilidade do não-emprego” (SILVA, 2004, p.42), passaram a engrossar as fileiras dos movimentos de luta pela terra. Outros vivem de pequenos “bicos” e com o auxílio dos programas de bolsas do governo federal.

É durante a transição do sistema de morada à proletarização plena, que Garcia (1988) se depara no brejo paraibano com os termos “sujeitos” e “libertos”. Em Alagoas, Albuquerque (2009) deparou-se com os termos “cativeiro” e “liberdade”. Esses termos representam a oposição entre a morada nos domínios da grande propriedade e na cidade. O primeiro é identificado como período de escravidão, o segundo, de liberdade.

Em entrevista que realizamos com ex-moradores⁴³, nem todos consideravam melhor a vida no meio urbano. Um dirigente do sindicato dos trabalhadores chegou a nos dizer que “no tempo da morada o trabalhador era feliz e não sabia”. Outro ex-morador entrevistado, que conseguiu sua casa própria com dinheiro da indenização recebida após sua saída dos domínios da grande propriedade, chegou a utilizar o termo “cativo” ao se referir ao passado. Essas leituras positivas e negativas sobre a condição de ex-morador – repletas de contradições – demonstram que a proletarização da força de trabalho “insere-se num processo longo, necessariamente

40 Em fevereiro de 2011, entrevistamos um cabo (fiscal) que nos informou que atualmente existem cerca de 50 moradores na usina Seresta. Estes são tidos pela empresa como os trabalhadores mais confiáveis. Dificilmente são destinados ao corte da cana, em geral participam do plantio, irrigação, vigilância de máquinas e queima do canavial.

41 Conforme informações colhidas em pesquisas de campo de fevereiro de 2011, em Alagoas algumas usinas demitem os trabalhadores que não alcançam a média mínima diária de 7 toneladas de cana cortada.

42 Cf. Depoimentos colhidos em nossas pesquisas de campo.

43 Entrevistas realizadas em fevereiro de 2011, em Teotônio Vilela.

te histórico, pleno de meandros e sutilezas nem sempre visíveis e reconhecíveis” (SILVA, 1990, p. 6).

Foi muito frequente ouvirmos o termo “os da rua” como oposição aos moradores da grande propriedade. Ser “da rua”, “da ponta de rua”, é a denominação para morador da cidade. Se buscarmos compreender o sentido da expressão “os da rua”, veremos que ainda existe por trás dessa expressão uma centralidade do rural, da morada como lugar ligado a terra, pois, a rua é lugar de passagem; é um caminho; é lugar de acesso ou saída da casa, mas nunca a morada. Portanto, ser “da rua” é ser de lugar nenhum. Se essa leitura estiver correta, ser “da rua” é ser de lugar nenhum porque as raízes de muitos “dos da rua” ainda estão fincadas na terra, e não no asfalto ou paralelepípedos.

Entrevistamos um ex-morador que atualmente é cabo (fiscal) que nos disse o seguinte:

Hoje a gente trabalha com muitos trabalhadores que já foram moradores. Às vezes começa a chover, e eles me dizem: ‘Ô Jorge, que cheiro da terra e eu sem poder plantar’. Lamenta... Eles têm vontade de plantar, mas não têm aonde. [...] Eu mesmo, me criei na agricultura e quando chove eu ainda tenho vontade também.

No que diz respeito às formas de resistência após o colapso do sistema de morada, consideramos que existe um terreno mais fértil para enfrentamentos públicos e coletivos, mas, isto não determina necessariamente o acontecimento dos mesmos. Recentemente tem ocorrido um número significativo de greves à revelia dos sindicatos - de 2007 a 2010 (CANDIDO *et al.*, 2010). Essas ações representam uma inusitada e importante forma de luta dos trabalhadores canavieiros em Alagoas. Esperamos que esse tipo de enfrentamento público possa consolidar-se na cultura política desses trabalhadores, pois, somente um maior acirramento das lutas de classe poderá reduzir o altíssimo grau de trabalho não pago que atualmente vigora nos canaviais de Alagoas. Não podemos nos esquecer que, em paralelo a essas formas de resistência de maior alcance, ocorrem ainda as “resistências miúdas” (Silva, 2008) do cotidiano, principalmente por meio do ato de burlar o mais recente padrão técnico exigido pelas usinas na atividade do corte manual da cana.

Referências

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. *Casa, Cana e Poder*. Maceió: EDUFAL, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios-do-açúcar no nordeste oriental: IV Rios Coruripe, Jequiá e São Miguel*. Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

_____. *Lutas camponesas no nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BEZERRA, Gregório. *Memórias* (Primeira parte 1900 – 1945). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. (v. 1, série 1ª, Estudos Brasileiros). São Paulo: Edusp, 1987.

_____. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Ecléia (org.). *Cultura Brasileira: temas e situações*.

São Paulo: Ática, 2004, p. 16-41.

BRANDÃO, Théó. *O reisado alagoano*. Maceió: EDUFAL, 2007.

CANDIDO, Paulo; MALAGODI, Edgard. Mobilização de Trabalhadores Canavieiros e Ação Estatal no Setor Sucroalcooleiro do Nordeste Brasileiro. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas/PE. *Anais...* Porto de Galinhas-PE, 2010. Disponível em: <www.alasru.org>. Acesso em: fev. 2011.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. Maceió: EDUFAL, 2009

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O bangüê nas alagoas*: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió, EDUFAL, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

GARCIA, Afrânio. Sujeitos e Libertos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.3, n. 7, p.5-41. 1988.

HARVEY, David. *O novo o imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.

_____. O Campesinato e a *Plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Org.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, Formas tuteladas de constituição camponesa, vol.1. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 39-67.

LESSA, Golbery. Principais momentos da história do PCB em Alagoas. In: *A voz do povo*, Maceió, 31 out. de 2011. Disponível em: <<http://pcbalagoas.blogspot.com/>>. Acesso em: nov. 2011.

LIMA, Araken Alves de. *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. Tese de doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2006.

_____. *A agroindústria canavieira alagoana – da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990*. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2001.

LINDOSO, Dirceu. *A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LOUREIRO, Osman. *Açúcar: notas e comentários*. Maceió: Gráfica São Pedro, 1969.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1980.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. *Cana-de-açúcar e reestruturação produtiva: ação sindical e os movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Org.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, Formas tuteladas de constituição camponesa, v.1. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 17-35.

PADRÃO, Luciano Nunes. *O trabalho na cana-de-açúcar reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf>. Acesso em: dez. 2008.

PLANCHEREL, Alice Anabuki; QUEIROZ, Allan Souza; SANTOS, Charles dos. O “canguru” no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna. (Org.) *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo*. Maceió: Edufal, 2011. p. 59-80.

QUEIROZ, Allan Souza. *Modernização, Reestruturação Produtiva e Precarização do Trabalho nos Canaviais*. Monografia de Conclusão do curso, Instituto de Ciências Sociais, UFAL, Maceió, 2011.

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

SANT'ANA, Moacir. *Contribuição à história da cana-de-açúcar de Alagoas*. Recife: IAA; Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, Charles dos. *A dor que brota do eito: um estudo da relação saúde-enfermidade no corte da cana em Alagoas*. Monografia de conclusão de curso, Instituto de Ciências Sociais, UFAL, Maceió, 2011.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. In: *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas*. Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. vol. 1, n. 1. Campina Grande: p. 10-31, 1982.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Como “expulsar o camponês” do proletariado. In: *Travessia Revista do migrante*. Publicação CEM, ano III, n. 8, . p. 5-11, set./dez. 1990

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. de Moraes (Org.) *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 25-65.

_____. Cortadores de Cana e os (Não) Direitos. In: *Travessia Revista do Migrante*. Publicação CEM, ano XXI, n. 61, p. 26-36, mai./ago. 2008.

SUAREZ, Maria Tereza Sales de Melo. *Cassacos e Corumbas*. São Paulo: Ática, 1977.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.